

A força do novo: por uma sociologia dos conhecimentos modernos no Brasil

SIMON SCHWARTZMAN

A primeira versão deste trabalho foi escrita graças ao apoio do Center for Studies in Higher Education, Universidade da Califórnia, Berkeley, no primeiro semestre de 1987. Sou grato aos comentários e sugestões de Martin S. Trow, então diretor do Centro, Robert A. Packenham, Elisa Pereira Reis e Lúcia Lippi de Oliveira.

A força do Novo

Intelectuais sempre procuraram exercer influência sobre as sociedades de que fazem parte. Sacerdotes, letrados e advogados disputaram durante séculos com guerreiros, príncipes e nobres as posições de prestígio, autoridade e decisão. Também lutaram uns contra os outros. Os arranjos resultantes destas disputas descrevem, em linhas gerais, os conteúdos e orientações valorativas de civilizações passadas e presentes (1). A época moderna trouxe para esta arena um novo tipo de intelectual, que afirma ser detentor da credencial máxima para suas aspirações de prestígio e de poder: os novos conhecimentos, amparados pelas certezas da ciência. Na Europa ocidental, os novos intelectuais faziam parte de amplos movimentos sociais que puseram fim a ordem tradicional e fizeram surgir o mundo moderno. Graças a esta associação histórica, os valores do conhecimento empírico, do uso da razão, da liberdade individual, da justiça social e da conquista da natureza davam a impressão de ser uma coisa só: tudo era moderno e progressista (2).

Os proponentes da fé racionalista tiveram que enfrentar os intelectuais de velho tipo na disputa pela supremacia de suas novas idéias em relação às antigas, e provar aos detentores de poder, assim como aos novos grupos sociais em ascensão, como a ciência lhes poderia ser útil. A defesa do pensamento moderno se baseou, desde o início, em duas linhas de argumentação. A primeira se liga à corrente de pensamento da economia e do liberalismo político, geralmente associados à tradição inglesa. Toda a ênfase é posta na liberdade de pensamento e de pesquisa individual, assim como na eliminação das barreiras institucionais e morais ao livre pensar individual. A racionalidade científica individual teria como resultado uma sociedade racional e eficiente, da mesma forma em que a racionalidade econômica individual teria como resultado uma economia rica e próspera. Nesta perspectiva, a economia torna-se a ciência social por excelência, ao demonstrar como a racionalidade individual, e o egoísmo, proporcionam a verdadeira base do bem-estar coletivo, e fornecendo, com isto, os fundamentos lógicos para os valores econômicos, sociais e políticos do liberalismo.

A segunda perspectiva é decididamente francesa. *Liberté* não existe sem *Egalité* e, mais especificamente, *Fraternité*. Não se pode esperar que a solidariedade fraternal e a justiça social fluam naturalmente do auto-interesse individual; para isto é necessário um Estado ativo e intervencionista, administrado de acordo com os princípios da ciência moderna. O positivismo de Augusto Comte leva essa noção a sua conclusão natural: os poderes da ciência não se limitam à compreensão e domínio da natureza, devendo ser estendidos à organização da sociedade. Seu objetivo é produzir um plano geral para a organização da sociedade, ao qual os indivíduos devem acatar. À sociologia, ciência da sociedade, fica reservado o papel de ciência das ciências. Na versão de Durkheim, os fatos sociais existem por si mesmos, e o comportamento dos indivíduos é determinado por eles; liberdade de decisão e julgamento são meras ilusões.

Os positivistas eram evolucionistas, e para eles a sociedade ainda tinha que ser elevada a níveis mais altos de racionalidade. Isto seria obtido através da descoberta de leis, mecanismos e procedimentos técnicos que viessem a desvendar um mundo preordenado pelo processo evolutivo (3). Nesse sentido específico, o positivismo evolucionista incorpora a história. Na perspectiva positivista, a política aparece como um conflito entre luz e trevas, ciência e ignorância. A vida política não é entendida como uma interrelação entre grupos distintos com valores e preferências

diferentes mas direitos igualmente legítimos. Não há espaço para "regras do jogo" aceitas de comum acordo. Não há jogo para ser jogado com lisura - só uma guerra contra as trevas a ser ganha.

A tradição francesa reserva um lugar para os intelectuais na vida política que na outra tradição quase não existe. Talvez seja por isto que essa versão do iluminismo tenha se disseminado com muito mais facilidade do que a versão inglesa, que requer um Estado muito menos visível. E, a despeito de Comte, não foi a sociologia, mas as primeiras profissões modernas - a engenharia e a medicina de base experimental - que primeiro personificaram os projetos de reforma social científica em muitas sociedades. Foi este o caso, sem dúvida, do Brasil, e outros países seguramente seguiram caminhos semelhantes.

Os historiadores, com razão, tendem a tratar da introdução dos ideais e valores da ciência, da tecnologia e da modernidade na América Latina como um capítulo da expansão mundial da cultura européia. Como as diferenças de contexto são tão grandes, sabe-se que os significados atrelados às novas idéias, e sobretudo suas implicações políticas e sociais, tendem a ser completamente distintos. O que tem faltado até agora é um exame mais aprofundado e sistemático destas diferenças. Nesta passagem, expressões como "intelectuais", "modernização", "conservadorismo" e outras semelhantes tendem a perder ou alterar profundamente suas conotações usuais. Pessoas educadas desempenham papéis sociais diferentes em épocas e lugares distintos, e convém estar atento para não transportarmos conotações indevidas de sentido de um a outro contexto. Assim, a palavra "intelectual", num sentido mais amplo, refere-se a pessoas que receberam um volume substancial de educação formal; em um sentido mais restrito, porém, tem sentido idêntico ao de "intelligentsia", e refere-se a um papel especial desempenhado por estas pessoas em algumas circunstâncias, qual seja o de tentar formular e difundir amplas interpretações, visões de mundo de seus tempos e sociedades. É típico da *intelligentsia* buscar difundir sua palavra por toda a sociedade, e suas idéias são armas no confronto político para grupos sociais mobilizados e em ascensão. Em outras circunstâncias, porém, os intelectuais mantêm-se próximos das elites, tentam influir na educação dos poderosos, e emprestam sua competência aos governantes. Modernamente, este tipo de intelectual é chamado de "tecnocrata". Em outras circunstâncias os intelectuais se colocam relativamente à margem, tentando encontrar um lugar na sociedade onde possam trabalhar e viver de acordo com seus próprios padrões e valores, sem necessariamente tratar de conduzir ou liderar a outros. Este é, tipicamente, o papel "profissional", que muitas vezes assume as características das profissões liberais - grupos profissionais independentes e auto-regulados, e sem vínculos empregatícios com seus clientes. Por fim, pessoas educadas podem também ocupar posições assalariadas, mal remuneradas e relativamente pouco valorizadas; nestas circunstâncias, eles muitas vezes se intitulam de "trabalhadores intelectuais", ou, simplesmente, colarinhos brancos.

Os diferentes papéis desempenhados pelos portadores dos novos conhecimentos podem ter pelo menos duas implicações amplas e distintas para suas sociedades, uma política, outra mais epistemológica. Análise sobre as implicações políticas tem estado muito em voga ultimamente nas ciências sociais, levando ao questionamento da associação normalmente aceita entre conhecimentos modernos, liberdade social e política, e iluminismo. Em lugar de ser um instrumento para o progresso da humanidade, o conhecimento moderno e suas instituições correlatas - a educação formal, a pesquisa científica, as modernas tecnologias - são apresentados agora como simplesmente mais um instrumento de opressão e controle social. O que o texto que se segue procura mostrar, no entanto, é que o mesmo tipo de conhecimento pode ser utilizado para objetivos sociais diferentes, e muitas vezes contraditórios. Em nome do "progresso", podem surgir arranjos políticos extremamente tecnocráticos e autoritários; segundo este mesmo critério, mobilizações populares de cunho cultural, étnico ou educacional podem estar associados, às vezes, a arranjos políticos extremamente conservadores. Continua sendo válido, no entanto, examinar que condições favorecem o desenvolvimento de competências intelectuais e técnicas efetivas, e quais as que levam ao simples uso de idéias modernas como instrumento na luta pelo poder. Em determinadas condições, por exemplo, engenheiros podem desempenhar diversas funções sociais, como intelectuais, tecnocratas ou profissionais; além disto, também podem ser engenheiros competentes ou incompetentes. As duas questões são independentes, exigem explicações separadas e podem ter implicações sociais profundamente diversas em suas diferentes combinações.

Se estas noções gerais fazem sentido, elas devem permitir uma interpretação nova do papel histórico dos conhecimentos modernos no Brasil. O objetivo do texto que se segue é sugerir, ainda que a vôo de pássaro, alguns temas e linhas gerais para esta interpretação (4).

O Iluminismo científico no Brasil

O conhecimento técnico e científico surgiu na Europa como parte da ideologia de grupos sociais emergentes, como parte da tendência geral à ampliação das liberdades e da participação política, tanto em sua vertente inglesa quanto na continental. Na América Latina, no entanto, estes conhecimentos foram importados por grupos extremamente restritos, freqüentemente de elite, que os utilizavam na competição com as elites mais tradicionais. Assim, não é surpreendente

que os conceitos usuais de "progressivismo" e "conservadorismo" não se apliquem com facilidade. Exemplo disto foi José Bonifácio de Andrada, figura central do movimento brasileiro pela independência, e inteiramente a par dos valores pragmáticos da Europa de seu tempo. Não há dúvida que Andrada pode ser qualificado de progressista por seus projetos de organizar um Estado moderno, pôr fim à escravidão e criar uma universidade moderna no Brasil. Estes objetivos, porém, eram incompatíveis com sistema político aberto que, deixando a si mesmo, tenderia quase certamente a não inovar. Confrontado com as realidades da vida política, Bonifácio de Andrada acabaria se aliando a grupos que não compartilhavam sua visão do social e do econômico, sendo finalmente expulso de suas posições de poder e de influência (5). Seu drama antecipa o destino de uma longa sucessão de intelectuais que nunca conseguiram compatibilizar sua visão de mundo com as realidades políticas em que viveram.

Quando circunstâncias forçaram a corte portuguesa a vir para o Brasil no início do século XIX, e conceder à antiga colônia sua virtual independência, os portugueses não tardaram em criar uma escola de engenharia militar no Rio de Janeiro. Também criaram duas escolas de medicina, uma no Rio de Janeiro e outra na velha capital colonial, Salvador, além de autorizar a abertura de duas escolas de direito, em São Paulo e no Recife (6).

Pouco se sabe sobre as razões que nortearam estas decisões de especialidades e lugar, mas até certo ponto é possível especular. Nos longos séculos de domínio colonial, os portugueses jamais permitiram a criação, no Brasil, de uma universidade de orientação católica do tipo das que foram criadas em tantas partes do Império espanhol. As relações do Estado português com a Igreja sempre foram simbióticas mas conflitantes, como ficou claro quando da expulsão dos jesuítas no século XVIII, tendo como principal resultado a interrupção do controle que exerciam sobre a Universidade de Coimbra. Jamais houve um cisma aberto entre o Estado português e a fé e ortodoxia católica, como se observou em muitos outros países da Europa ocidental através dos movimentos da Reforma. Todos eram (e, no Brasil de hoje, ainda são) oficialmente católicos, e a Igreja desempenhava um papel central e insubstituível na educação dos jovens, nos rituais de passagem e enquanto única fonte de código moral válido, mesmo que raramente seguido. Uma carreira sacerdotal, porém, dificilmente era vista como desejável; em vez disto, era uma opção menor para os bastardos, os de sangue mestiço e outros excluídos, o que reforçava seu *status* relativamente baixo. A elite preferia mandar seus filhos para as escolas de direito, e a organização extremamente complexa da burocracia patrimonial portuguesa parecia garantir emprego para todos os bem nascidos.

A distribuição das novas instituições educacionais pelo território brasileiro no século XIX deixa entrever o modo como as prioridades estavam se alterando. A transferência da Coroa portuguesa para o Brasil sob proteção inglesa e perseguição francesa foi o ponto mais baixo da história de Portugal desde os anos gloriosos das descobertas, e sua total debilidade militar explica, certamente, a prioridade que se deu a escolas militares no Rio de Janeiro. A segunda prioridade era medicina e cirurgia, tanto por razões militares como devido às condições sanitárias lamentáveis que prevaleciam na época. Nada mais adequado do que sediar em Salvador, a maior cidade do país, e a mais importante depois da capital, a segunda escola de medicina. Como os cursos de direito eram considerados como a melhor garantia de um bom emprego para os filhos da pequena nobreza local na decadente Recife e na estagnada São Paulo, estas cidades obtiveram as escolas de direito que desejavam.

Tudo indica, assim, que a Coroa colocou junto a si o que lhe parecia mais importante, os cursos militares, de engenharia e medicina, e deixou às elites locais seus cursos de direito. Se era essa de fato a ordem de prioridade daquele tempo, o modelo não permaneceu inalterado ou inquestionado nos anos que se seguiram. As escolas de direito de Recife e de São Paulo afastaram-se do domínio da lei canônica e dos códigos tradicionais portugueses e começaram a receber o influxo de diversas correntes do pensamento liberal; as academias militares evoluíram para escolas de engenharia, que constituíam terreno fértil para os valores científicos do positivismo; e a profissão médica, estimulada por suas descobertas e resultados no combate às moléstias tropicais na virada do século, desenvolveu suas próprias aspirações messiânicas.

Estes desenvolvimentos não foram, certamente, exclusivos de Portugal e Brasil. A Espanha também expulsara os jesuítas de seu Império durante o século XVIII e fizera um esforço de *aggiornamento* que atingiria as colônias e continuaria exercendo sua influência depois dos anos da independência (7).

O Iluminismo dos engenheiros

A noção de que a sociedade poderia ser planejada e gerida por engenheiros estava bem de acordo com a tradição francesa, e teria grande impacto no Brasil. Enquanto na tradição inglesa a engenharia sempre fora uma ocupação menor e sem foros de nobreza, a *École Polytechnique* foi, desde o início, o lugar onde a elite administrativa francesa era educada. Lá, a educação militar era ministrada juntamente com o treinamento da mente em matemática e física; pensava-se que esta combinação prepararia as melhores mentes cartesianas, prontas para construir pontes, comandar exércitos e dirigir a economia. Esta descrição, e as diferenças entre as tradições anglo-americana e francesa, ainda hoje

são válidas.

O modo como a antiga escola militar do Rio de Janeiro mudou de nome e objetivos durante o século XIX é uma boa indicação sobre os papéis que lhe eram atribuídos. Quando foi fundada, em 1810, como Real Academia Militar, esperava-se que oferecesse um "curso completo de ciências matemáticas, de ciências de observação, quais a física, química, mineralogia, metalurgia e história natural, que compreenderá o reino vegetal e animal e das ciências militares em toda sua extensão, como a de tática como de fortificação e artilharia" (8). A profissão militar nunca desfrutou de muito prestígio no Brasil, exceto talvez no sul do país, e os aspectos civis sempre prevaleceram na Escola. Em 1858 a Academia Militar mudou de nome, passando a chamar-se Escola Central, e finalmente em 1974 adotou a denominação francesa de Escola Politécnica.

O fato de que a engenharia civil predominasse não significava que a Escola fosse particularmente competente enquanto local para a formação especializada nas técnicas mecânicas ou de construção, ou para o estímulo da competência nas ciências físicas e naturais. Adotavam-se livros-texto ultrapassados, quase não havia aulas práticas nem experimentais, o trabalho de pesquisa era praticamente inexistente. Provavelmente tudo isto não fazia muita diferença diante das limitadas necessidades tecnológicas da sociedade brasileira naquela época. A Escola de Minas de Ouro Preto, criada sob supervisão francesa em 1875, não teve um desempenho especializado muito melhor ao longo do tempo, apesar de ter iniciado suas atividades dentro de padrões acadêmicos muito mais estritos. O solo de Minas era rico, mas não houve condições econômicas para o desenvolvimento de uma indústria de mineração que fizesse uso dos talentos especializados que a velha Escola de Minas deveria formar (Carvalho, 1978). Somente em São Paulo, onde a Escola Politécnica local foi criada em 1814 para acompanhar de perto a expansão do sistema ferroviário para o interior do território cafeeiro, atingiu-se um nível mais técnico e especializado de ensino.

O que deu sentido à Escola Politécnica do Rio de Janeiro (bem como à Escola de Minas e, em certa medida à Politécnica de São Paulo) foi o papel que desempenhou na criação de uma nova linhagem de intelectuais de elite, capazes de pôr em cheque a cultura estabelecida dos bacharéis e da Igreja, em nome da ciência moderna. A doutrina positivista deu aos engenheiros a certeza de que tinham o direito e a competência de gerir a sociedade, que se tonaria melhor e mais civilizada se o poder estivesse em suas mãos. Os positivistas se mobilizaram contra a monarquia, defenderam a educação para todos e melhores salários para a classe trabalhadora, fizeram oposição à Igreja e a todas as formas de organização corporativa da sociedade (e se opuseram, por isto, à criação de universidades), combateram a vacina obrigatória, e, antes de mais nada, organizaram-se em sociedades secretas e conspiraram para a tomada do poder. A marca de sua vitória, Ordem e Progresso, está até hoje registrada na bandeira do país.

O positivismo foi apenas a primeira e mais evidente manifestação da tendência dos que estavam ligados à tecnologia e às ciências exatas a concluir que tinham a competência requerida, e por isto o direito, de liderar a sociedade. Os militares, que ao longo de sua história permaneceram como uma espécie de carreira de engenharia de segunda classe, foram os que se ativeram mais fortemente, e por mais tempo, a esta ideologia; faziam-no, sobretudo, no âmbito do Exército, que sempre teve um componente menos técnico do que a Marinha ou, mais recentemente, a Aeronáutica. Isto não significa, evidentemente, estas corporações não fossem também politizadas, e até mais; mas é no Exército que se desenvolveu uma visão articulada do papel messiânico das Forças Armadas, consubstanciada na doutrina de segurança nacional (9).

Também o marxismo, no Brasil, resultou em grande medida das tradições militares e de engenharia. Traduzido do francês, distanciado de movimentos operários organizados e despido de sua inspiração hegeliana, o marxismo tendia a ser visto simplesmente como apenas mais uma variante do evolucionismo positivista. No começo do século XX, imigrantes italianos, espanhóis e da Europa Central trouxeram para o Brasil os ideais da organização e ação política das classes trabalhadoras. Entre eles prevalecia o anarquismo, e alguns aderiram aos princípios do socialismo científico do internacionalismo comunista. A velha guarda comunista do país seria inteiramente suplantada, no entanto, pelo grupo militar liderado pelo capitão Luís Carlos Prestes. Se a insurreição de 1935 foi um fiasco como movimento político, ela teve como resultado, no entanto, que Prestes e seu grupo de jovens tenentes permanecessem à frente do Partido Comunista no Brasil até meados da década de 70, impedindo, desta forma, a emergência de uma liderança marxista alternativa, fosse ela sindical ou intelectual, com as notáveis exceções de praxe.

Os engenheiros também trataram de assumir uma posição mais direta de comando, através do controle do habitat humano - as cidades. A criação de Belo Horizonte como nova capital para o antigo Estado de Minas Gerais, que deveria renascer com o advento da República, manteve-se como símbolo que ressurgiria quando um ex-prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, resolveu dar nova partida à história brasileira com a construção de Brasília. No início do século XX o Brasil passou por sua experiência mais significativa de renovação urbana, pela transformação do Rio de Janeiro numa cidade ao estilo francês, durante a gestão de Pereira Passos. Só agora os historiadores e sociólogos começam a estudar como se deram estas experiências, quais eram seus pressupostos e como

as pessoas se encaixariam – ou não - nos planos que saíam das pranchetas dos engenheiros e arquitetos. As três experiências tiveram em comum pelo menos uma característica, ou seja, a noção de que havia um plano a ser seguido, linhas retas a serem transferidas para o mundo real, e que as pessoas deveriam ser levadas - convencidas, educadas, ou simplesmente obrigadas a aceitá-los. Em Belo Horizonte, construída numa região montanhosa, as elevações de terreno não aderiram de muito bom grado aos triângulos e quadrados do arquiteto Aarão Reis, não por acaso um positivista que estudara na Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Os mineiros aprenderam a lição, e construíram Brasília em um planalto. No Rio de Janeiro, a velha cidade portuguesa, suja e apinhada, foi posta abaixo, e as pessoas obrigadas a abandonar suas casas, expulsas para subúrbios distantes, em um processo que voltaria a se repetir já nos anos 60. No Rio, como em muitas outras partes, a modernização urbana tornou-se sinônimo de autoritarismo e violência social (10).

Brasília recorda que em nenhum outro lugar foi tão evidente a existência de laços paradoxais entre o iluminismo dos engenheiros e o autoritarismo político quanto na moderna arquitetura brasileira. O país entrou no mundo da arquitetura moderna nos anos mais negros do Estado Novo, quando se experimentavam idéias de poder totalitário que pareciam prevalecer na Europa. Para os tenentes que acompanharam Vargas à tomada do poder em 1930, os regimes soviético, alemão e italiano eram igualmente fascinantes, e não muito diversos uns dos outros. Depois do levante de 1935, só os exemplos fascistas continuaram aceitáveis. Um país em construção, poderoso e moderno, precisava de grandes obras, e Le Corbusier disputou palmo a palmo com o italiano Marcelo Piacentini pelo privilégio de construir o grande sonho do Ministro Capanema, a Cidade Universitária do Rio de Janeiro (11). Le Corbusier e seus seguidores brasileiros, liderados por Lúcio Costa, saíram derrotados mas tiveram a oportunidade, mais tarde, de construir a sede do Ministério da Educação no Rio de Janeiro. Esta disputa, que pode ser vista como um simples confronto entre grupos profissionais e estilos arquitetônicos, desenvolveu-se num âmbito muito mais amplo, no qual o conflito entre os jardins e rodovias suspensas de Le Corbusier e as colunas romanas de Piacentini aparece como a encarnação do conflito entre fascismo e socialismo.

A construção do edifício do Ministério da Educação contribuiria para dar ao regime Vargas, e especialmente ao seu Ministro da Educação, uma aura progressista que nunca tiveram nem pretenderam ter. Escrevendo em 1945 sobre este edifício, Lúcio Costa o descreve como "linda e pura flor - flor do espírito, prenúncio certo de que o mundo para o qual caminhamos inelutavelmente poderá vir a ser, apesar das previsões agourentas do saudosismo reacionário, não somente mais humano e mais justo, senão também, mais belo" (12). Enquanto no Rio discutiam-se os grandes projetos, o prefeito de Belo Horizonte encarregava Oscar Niemeyer e Cândido Portinari de projetar e decorar as edificações que iriam circundar a lagoa da Pampulha. Mais tarde, Lúcio Costa assinaria o plano mestre de Brasília, Niemeyer projetaria os edifícios e todos jurariam mais uma vez, pelo menos por algum tempo, que a arquitetura moderna na cidade nova seria um novo início de uma nova era para o Brasil.

A Politécnica também produziu empresários. O capitalismo brasileiro em São Paulo deriva principalmente da combinação do dinheiro das plantações de café com o impulso trazido pelos imigrantes europeus. O engenheiro oriundo da Politécnica do Rio de Janeiro vinha de uma outra linhagem. Tinha competência para saber onde encontrar as riquezas minerais do país, ou que tipos de grandes projetos o governo poderia se interessar em empreender. Sabia francês, às vezes alemão e inglês, e era capaz de lidar com capitalistas e governos estrangeiros. Além disto, estava equipado com os sobrenomes que convinha, e tinha os contatos necessários para obter as licenças, autorizações e concessões necessárias para seus projetos. Este tipo de empresário era, decididamente, um defensor da iniciativa privada, mas só tinha condições de se desenvolver à sombra do Estado. Esta associação "neomercantilista" entre Estado e interesses privados não era, naturalmente, nenhuma novidade na tradição brasileiro-portuguesa de administração colonial. Mas não há dúvida que impõe certas conotações pouco comuns à imagem *convencional* de um empresário capitalista (13).

Um último derivado da tradição da Politécnica foram as ciências exatas. A matemática, a física e a astronomia surgem na antiga Politécnica, graças a uns poucos indivíduos de talento que se beneficiavam de contatos estreitos com a França, e tentaram inaugurar um espaço intelectual e institucional para a pesquisa pura, que ao mesmo tempo estivesse livre dos aspectos pragmáticos da engenharia e das restrições ideológicas do positivismo. Estes intelectuais criticavam as limitações da educação profissionalizante, escreviam artigos complexos demonstrando os erros científicos do positivismo, e envolveram-se na organização das primeiras universidades do país, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para eles, a ciência moderna e a matemática eram ingredientes necessários da cultura moderna, e queriam trazer este elemento para o Brasil (14).

A Segunda Guerra Mundial iria alterar tudo isto. A nova geração de jovens físicos, iniciada pelos professores estrangeiros da Universidade de São Paulo na década de 30 e 40, estava convencida de que tinha um papel muito mais importante a desempenhar. Estes cientistas acompanhavam os avanços da tecnologia nuclear, se entusiasmavam com o

uso da racionalidade técnico-econômica na transformação da União Soviética em grande potência, e consideravam que seu papel era trazer para o Brasil as vantagens da energia nuclear e os benefícios do planejamento racional. Para alguns, isto significou militar em partidos políticos comunistas ou socialistas; para outros, significou participar de projetos governamentais ambiciosos e quase sempre frustrados na área de tecnologia avançada. Além disto, envidaram esforços para transformar as universidades brasileiras em instituições de base científica, abertas para todos, geridas democraticamente e altamente envolvidas com a solução dos problemas urgentes do país (Schwartzman, 1985). Devido a sua identificação com a esquerda, diversos dos mais conhecidos dentre esta geração de cientistas entrariam em conflito com os governos militares instituídos depois de 1964, e tiveram que partir para o exílio. Isto não impediu, no entanto, que muitos deles defendessem a orientação nacionalista e estatizante que os militares também personificavam, e medidas como a reserva de mercado para a informática, e já na Nova República, a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, foram, para muitos, a consagração de suas lutas.

"Melhor prevenir que remediar"

A idéia de que as ciências médicas não deveriam se limitar à função curativa, mas desempenhar um papel mais social, preventivo, instalou-se solidamente nos círculos médicos brasileiros no século XIX (15). Antes disto, como depois, o médico lidava basicamente com indivíduos que o procuravam em busca de ajuda, e que tinham condições de pagar por seus serviços. As grandes epidemias - peste, lepra, varíola, tuberculose, tifo, doenças venéreas - eram em geral da alçada das autoridades públicas e religiosas, que isolavam os atingidos, confortavam os moribundos, enterravam os mortos e exortavam os saudáveis a não viverem em promiscuidade. No início do século, provavelmente pela primeira vez no Brasil, solicitou-se aos médicos que tratassem de entender as causas das doenças que grassavam no Rio de Janeiro, e que sugerissem medidas para curá-las. Os médicos encontraram problemas no ar, na arquitetura, no fornecimento de alimentos à população, na moral social... Suas recomendações eram sobretudo de cunho urbanístico, legal e moral, antes que estritamente médicas, e requeriam a aprovação e o empenho de autoridades mais altamente posicionadas. Nas décadas seguintes, porém, os médicos tentariam desempenhar um papel mais importante.

Os autores de *Danação da Norma* citam uma tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1839, denominada *A medicina contribui para o melhoramento da moral e manutenção dos bons costumes*, como indicativa na nova mentalidade de então (Abreu, 1839). "Para que se preserve a saúde de uma população", resumem os autores, "há necessidade de implantação de uma sociedade onde não se suscitem paixões, onde o caos foi desfeito, onde reina a ordem, onde tudo funciona, onde não existem monstros, onde os costumes são doces. A medicina, conhecendo o homem e as alterações de seu organismo provocadas pela desordem, deve guiar o processo de estabelecimento e o funcionamento desta sociedade, apontando sempre as causas de alteração e nelas intervindo. Oferece o saber do corpo, que deve ser disseminado por toda a sociedade - fazendo com que cada um evite a paixão e a desordem - e que deve ser a base de funcionamento do corpo social. É ainda a formulação do sonho de uma república dos médicos, república onde tudo é ordem, calma, luz; onde o equilíbrio está instaurado. Temperança, continência, moderação nos costumes, tranqüilidade da alma - virtudes que se opõem à turbulência e desordem em defesa da vida; virtudes cujo exercício é relacionado a uma sociedade que o permite, que o funda. A medicina estuda a influência do estado social sobre o homem, do modo de governo, da liberdade, da escravidão, das crenças religiosas - e a partir daí, percebendo as alterações funcionais que podem decorrer desta influência, faz sua proposta de sociedade de equilíbrio" (Machado, Loureiro, Luz & Muricy, 1978, p. 197-198). A Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1829, dedicar-se-ia persistentemente ao objetivo de colocar a sociedade sob a supervisão científica da profissão médica e, ao mesmo tempo, lutaria com todas as suas forças contra as formas não institucionalizadas de trabalho médico, da homeopatia à medicina caseira e tradicional.

É justo, provavelmente, dizer-se que a profissão médica nunca teve, no Brasil, a mesma força que tiveram os engenheiros na defesa de suas propostas ambiciosas. Uma das explicações para este fato é que o mercado para a prática privada da medicina sempre foi melhor do que o que cabia aos engenheiros, e por isto os médicos tinham melhores condições de abraçar mais de perto os cânones de uma profissão liberal. Só os médicos mais ligados a hospitais gerais, os sanitaristas e os médicos militares, tentariam desempenhar um papel mais abrangente. Suas maiores realizações deram-se no início do século XX, quando os especialistas em medicina sanitária se uniram aos engenheiros para a reorganização e saneamento do espaço urbano, mais especificamente do Rio de Janeiro: a cidade foi rasgada por largas avenidas, as casas invadidas em busca de águas estagnadas e a população obrigada a vacinar-se em massa contra a varíola. Os tumultos que disto resultaram, conhecidos como a "revolta da vacina", atestam da violência a que a população foi submetida (Carvalho, 1987) .

Se os médicos, enquanto grupo organizado, nunca detiveram muito poder,

eles se aproximaram mais das ciências sociais do que os engenheiros, e tiveram um importante papel na definição das ideologias sociais preponderantes no país. A antropologia física surgiu, entre nós, como um ramo da medicina legal. Nina Rodrigues, na Faculdade de Medicina da Bahia, trabalhava, na virada do século, com teorias biológicas que buscavam ligações entre formas físicas e comportamento criminoso. Essa literatura conduzia diretamente a questões sobre as qualidades (e os defeitos!) raciais da população brasileira, e aos problemas de miscigenação e degeneração racial. As explicações para os problemas apresentados pelos brasileiros - preguiça, luxúria, indisciplina - se transferiam das antigas teorias climáticas e ambientais para as novas teorias biológicas, supostamente mais científicas (16).

Este diagnóstico teria que dar origem a um tratamento. A eugenia tornou-se questão importante nos círculos médicos brasileiros, e em 1920 realizava-se no Rio de Janeiro o primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, com participantes de diversos países latino-americanos, seguido pela criação, em 1931, da Comissão Brasileira de Eugenia (Stepan, 1984). Propunha-se intervenções em muitas áreas, desde exames pré-nupciais, para controle de doenças venéreas, até a esterilização dos alcoólatras, sífilíticos e esquizofrênicos. Para alguns, o estoque racial brasileiro deveria aperfeiçoar-se naturalmente com o tempo, graças à superioridade do sangue branco. Outros, menos "otimistas", exigiam limitações estritas aos casamentos inter-raciais. Todos queriam que os imigrantes asiáticos e outros pertencentes a raças consideradas inferiores fossem isolados, e que se fizessem leis favoráveis à imigração de europeus ocidentais (17).

Eugenia e raça deixaram de ser assuntos legítimos para a *intelligentsia* brasileira depois da II Guerra Mundial. Os avanços extraordinários da medicina curativa durante a guerra e nos anos que se seguiram, associados ao próprio sucesso das campanhas sanitárias e epidemiológicas das décadas anteriores, deixaram a profissão médica sem plataforma social e ideológica própria. Esta situação começaria a mudar novamente nos anos setenta, com dois processos simultâneos. O primeiro foi a progressiva erosão da medicina enquanto profissão liberal, com o aumento do número de médicos e a elevação do custo da medicina, processo que coincidiu com a ampliação da previdência social como um grande sistema estatal de medicina curativa. O segundo foi o reaparecimento, nos centros urbanos, de enfermidades contagiosas que pareciam ter sido eliminadas nos anos anteriores. Com estas alterações, as novas gerações de médicos brasileiros são muito diferentes das antigas. Em sua maioria, os novos médicos são empregados dos serviços de saúde, estão organizados em sindicatos, e recorrem à greve quando sentem que necessitam; provavelmente não são tão bem treinados, em média, quanto seus antecessores (nas melhores escolas, por outro lado, sua formação é quase, certamente melhor do que nunca); e têm uma percepção aguda de que os problemas de saúde que enfrentam dia a dia nos ambulatórios da Previdência não são fundamentalmente biológicos, mas sociais e econômicos. Parece haver assim, um certo sentido, uma volta ao ponto de partida. A despeito de sua politização renovada e evidente militância, parece improvável que os médicos de hoje tentem, como no passado, desfraldar uma bandeira própria de reformas sociais. Vêm-se basicamente como trabalhadores intelectuais, parte de um proletariado intelectual crescente, e tendem a agir de acordo com isso.

As profissões jurídicas

As profissões jurídicas não são propriamente portadoras de "conhecimento novo", no mesmo sentido que engenharia ou a medicina. As faculdades de direito, no entanto, sempre acompanharam de perto as inovações do direito positivo de outros países, principalmente europeus, e neste sentido cumpriram um papel modernizador significativo, com algumas características bastante especiais (18).

No início, as ciências sociais não se distinguiam do Direito. Na tradição administrativa portuguesa nunca houve separação clara entre os ramos executivo e judiciário, e os corpos legislativos, quando existiam, tendiam a ser débeis e subordinados ao governo central. Frequentar uma faculdade de direito e colar grau não significa adquirir uma profissão especializada na assessoria ou advocacia jurídica, como tende a ser hoje. Os cursos jurídicos funcionavam, basicamente, como processo de socialização das novas gerações de elite, e sua preparação para ocupar as posições no governo que pudessem ser obtidas através de laços políticos e familiares. Quando não geriam a coisa pública diretamente, os advogados cuidavam da mediação entre o Estado e os interesses privados. Carreiras jurídicas baseadas predominantemente na competência profissional especializada tendiam a ser raras, e só interessavam a uns poucos que não dispunham de outros trunfos.

Uma das conseqüências dessa proximidade entre direito e governo foi o desenvolvimento do direito administrativo como uma das mais significativas disciplinas das escolas de direito do país. O direito administrativo implica num "positivismo" jurídico que se recusa a ir além do texto da norma, e neste sentido se choca com as doutrinas jusnaturalistas que sempre foram o cerne das ideologias de justificação da profissão jurídica no país (19). Ele

tampouco abre espaço para uma sociologia do direito. Esta esquizofrenia entre a prática e a doutrina jurídica talvez explique a dificuldade que os cursos de direito até hoje encontram, no Brasil, em de fato se modernizar.

O direito administrativo é, em certo sentido, uma teoria legalista da administração pública, em que a formalidade das leis escritas é o único elemento da realidade levado em conta. Num sentido mais doutrinário, o direito administrativo ocupa-se daquelas situações em que uma das partes em um contrato legal - o governo - não só tem mais direitos do que a outra - o indivíduo - como também controla partes substanciais do próprio sistema legal responsável por dirimir eventuais conflitos de interesse. Neste sentido, ele permite tanto a advocacia de interesses privados junto ao Estado como uma tecnologia de montagem de instituições e procedimentos governamentais.

Uma versão mais grandiosa do direito administrativo, desenvolvida por um pequeno grupo de eruditos, é o chamado "constitucionalismo", que na tradição brasileira significa, não a competência em tratar dos aspectos constitucionais das questões legais, mas na própria capacidade de propor legislações abrangentes que afetam as definições legais básicas da organização institucional do país. Neste sentido, o constitucionalismo está para as ciências políticas como o direito administrativo está para as ciências administrativas e organizacionais. O Brasil passou por alterações constitucionais suficientes, ao longo de sua história, para manter sempre ocupado um punhado de competentes constitucionalistas (1824, 1891, 1934, 1937, 1945, 1967, 1987, e diversas emendas e atos constitucionais entre uma e outra data). Os constitucionalistas funcionam como assessores de grupos políticos influentes em períodos de crise política, e dão forma legal para o ajuste das transições. Até hoje não se fez um estudo aprofundado deste tipo de tecnocrata e seu papel na política brasileira. Vale a pena mencionar, porém, os mineiros Francisco Campos, responsável pela maior parte da legislação autoritária brasileira desde a década de 30 (20), e Afonso Arinos de Melo Franco, ativo nas constituintes de 1934 e 1987, como talvez os exemplos mais significativos desta pequena elite.

Os advogados foram, portanto, políticos, profissionais e tecnocratas de alto nível, mas raramente uma *intelligentsia* no sentido mais clássico. As faculdades de direito, porém, se tornaram famosas enquanto centros de ativismo político estudantil, fenômeno antigo na América Latina que prenuncia com grande antecipação processos semelhantes na Europa e nos Estados Unidos. Os estudantes de direito lideraram as manifestações pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e contribuíram decisivamente para o debilitamento e final derrocada do Estado Novo, e continuaram ativos nos anos áureos da União Nacional dos Estudantes, até à década de 60.

A oposição mais ativa ao regime militar de 1964, no entanto, veio muito mais dos advogados já formados do que propriamente de estudantes. A bandeira dos direitos humanos permitiu às associações jurídicas reclamarem a si um papel central na vida do país que os advogados vinham perdendo de forma marcante. O que aconteceu com os estudantes de direito não foi muito distinto, neste particular, do que ocorrera com as instituições de ensino superior e seus estudantes como um todo. A mobilização política estudantil no Brasil atingiu seu ápice nos anos sessenta, e desde então vem declinando constantemente, depois de alguns anos de radicalização extrema no início dos anos setenta (21). É difícil dizer se a desmobilização que houve desde então foi um resultado da ação repressiva dos militares ou uma consequência de novas realidades. A repressão aumentou muito, claro, o custo da militância, mas poderia também ter incentivado o desenvolvimento da resistência e da oposição. Maior efeito pode ter tido, neste processo, a grande ampliação no acesso ao ensino superior, que pela primeira vez abriu espaço para grupos sociais de origem menos elitizada, cuja preocupação primordial era sua própria mobilidade e os pequenos privilégios recém-adquiridos, e neste sentido profundamente diferentes das jovens elites contestatórias dos anos anteriores.

O fenômeno novo nas instituições de ensino superior brasileiras nos anos setenta e oitenta é a mobilização dos professores e de algumas categorias profissionais como a dos advogados e a dos médicos. Os profissionais de agora são, em muitos casos, os estudantes de antes: entendem de política, sabem como se organizar, como se exprimir politicamente. Além disto, encontram-se em uma posição difícil, basicamente defensiva, do ponto de vista profissional e intelectual, o que contribui para explicar algumas características do ativismo político de hoje, onde os componentes corporativos predominam, freqüentemente, sobre os demais.

O direito continua sendo uma profissão de prestígio, mas passou por transformações importantes em épocas recentes. O diploma de advogado deixou de ser uma condição prévia para a carreira política, e certamente não a garante. Continua sendo verdade que, para quem tem as conexões e a origem social apropriadas, o diploma de advogado continua a ter sua utilidade; mas, na medida em que foi aumentando o número de detentores de diplomas, seu valor de mercado tendeu a diminuir.

Mais seriamente, o Direito enquanto disciplina intelectual jamais conseguiu trazer a si a imagem de um conhecimento novo. Houve algumas experiências de modernização em lugares como a Fundação Getúlio Vargas e na Universidade Católica do Rio de Janeiro, que deixaram sua marca. Desenvolvidos com a cooperação de especialistas norte-americanos nos anos sessenta, estes cursos tinham como principal objetivo a preparação de advogados capazes de trabalhar com as questões legais típicas de um mercado capitalista moderno, mas permaneceu como uma

experiência isolada, frequentemente referida mas insuficiente para permitir o desenvolvimento de um campo novo de pesquisas e estudos de pós-graduação semelhante aos que existem nas demais ciências sociais (Ver Trubeck, 1971; Falcão, 1984; e Faria, 1987).

Ciências Sociais; o país legal e o país real

As ciências sociais surgiram no Brasil em uma contraposição entre o país formal, definido por sua legislação, e suas duras realidades empíricas. Exemplar, neste sentido, foi a oposição entre dois grandes nomes, Rui Barbosa e Oliveira Viana. Rui Barbosa foi um escritor prolixo, sua erudição parecia infinita, e em 1910 encabeçou a campanha civilista contra Hermes da Fonseca, como representante dos valores civis e liberais. Perdidas as eleições, com grandes denúncias de fraude, Rui Barbosa passou a personificar o que de melhor o pensamento jurídico era capaz de produzir.

Oliveira Viana era sua nêmesis. Recusava-se a olhar o Brasil e os brasileiros através da lente do direito, e, em lugar disto, tratava de ver a realidade sociológica subjacente. Comparava a textura da sociedade brasileira às das européias, e concluía que os brasileiros não tinham os ingredientes essenciais para a construção de uma ordem democrática. Suas explicações costumavam ser de fundo racial, na tradição inaugurada por Nina Rodrigues, e insustentáveis em termos das modernas ciências sociais; sua análise de como a sociedade brasileira se organiza em torno de clãs familiares e políticos, e de como a organização social do país partia dessa realidade, continua sendo um clássico das ciências sociais brasileiras (Viana, 1949). Nos anos trinta, Oliveira Viana defendia as tendências centralizadoras e modernizantes do regime Vargas, contra o pensamento liberal dos anos anteriores, que considerava parte da tradição formal e legalista que Rui Barbosa simbolizava. "O erro destes espíritos teorizadores (...) está na concepção, em que todos eles vivem, de que uma reforma política só é possível por meios políticos. Eles não concebem que haja outros meios capazes de modificar as condições da vida política de uma sociedade senão a modificação de suas instituições de direito público" (Viana, 1939, p. 11). Seria necessário, em lugar disto, trabalhar diretamente sobre a realidade social. Como conselheiro do governo, foi responsável por muitas inovações introduzidas na legislação social naqueles anos, e opunha-se às formas mais extremadas de conservadorismo de direita que com ele coexistiam (22). Oliveira Viana foi apenas um entre diversos intelectuais, a maioria formados inicialmente em direito, que nas décadas de 20 e 30 tratavam de entrar em contato com o Brasil real (23). Além dos livros que escreviam, também tentaram influenciar diretamente o curso dos acontecimentos, e sentiam-se atraídos pelas áreas onde a sociedade poderia ser atingida mais diretamente, como a educação.

A mobilização em torno das questões educacionais levou à formação de um novo grupo de cientistas sociais que ficou conhecido como "os educadores": Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo foram os mais conhecidos. No início dos anos 30, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* provocou forte reação entre os intelectuais católicos; apesar disto, nos anos seguintes os "pioneiros" engajaram-se numa série de projetos educacionais desenvolvidos pelos governos de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, e pelo governo federal. À medida que os educadores iam ocupando postos na burocracia educacional em expansão, tentando fazer na prática, com as acomodações que se fizessem necessárias, o que antes pregavam em livro, seus papéis de intelectuais foram sendo substituídos pelos de tecnocratas.

É possível discutir eternamente quais concessões eram ou não admissíveis, e quais significavam, na prática, uma traição aos ideais renovadores expressos no *Manifesto*. O fato é que o sistema educacional brasileiro jamais preencheu as expectativas dos educadores, por uma série de fatores políticos, culturais e institucionais que ainda não estão completamente entendidos. Nos anos cinquenta, novamente sob a liderança de Anísio Teixeira, organizou-se no Rio de Janeiro o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Seus membros já não acreditavam que poderiam reformar o país pela educação, e por isto dedicaram-se a um amplo programa de estudos sociais que, de fato, tivesse condições de contribuir para a compreensão das condições gerais da sociedade brasileira (Mariani, 1982). Isto foi bom para as ciências sociais, ainda que não tão bom para a educação, que perdeu muito de sua legitimidade enquanto campo específico de reflexão intelectual. A medida que o sistema educacional brasileiro se expandia durante as décadas de 60 e 70, criaram-se faculdades e programas de pós-graduação em educação, e os educadores profissionais, que antes não passavam de um punhado, tornaram-se legião. Com o risco inevitável de qualquer generalização, é possível dizer que os educadores de hoje são bem organizados, seu mercado de trabalho é protegido pela legislação, mas seus salários são baixos. Lutam com firmeza por melhores condições de trabalho, e tendem a acreditar que nada de muito importante pode ser realizado em prol do ensino brasileiro enquanto as condições sociais e econômicas mais gerais do país não forem radicalmente modificadas.

Dois novos tipos de ciências sociais também emergiram nos anos 30, ambos em São Paulo. A Universidade de São Paulo, ou mais exatamente sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi o espaço para uma delas. A USP fora

uma criação da elite do estado em uma época de intensa competição com o governo federal; o objetivo era dotar São Paulo de um lugar aonde seus filhos diletos pudessem estudar, e que os tornasse capazes de assumir, a longo prazo, a liderança nacional a que o estado estava destinado, graças a seus recursos econômicos e empresariais. Considerado a uma distância de meio século, este projeto parece ter alcançado uma dose considerável de sucesso.

Uma série de professores franceses mais ou menos famosos foram trazidos para os cursos de ciências sociais e humanidades da USP a partir de 1935, incluindo nomes como Ferdinand Braudel, Claude Lévi-Strauss e François Perroux, e outros menos conhecidos, como Roger Bastide, Pierre Deffontaines e Georges Dumas. A presença deste grupo parisiense criou uma grande excitação nos círculos intelectuais paulistas, e a permanência e as pesquisas desenvolvidas por alguns deles, como Roger Bastide, teriam um impacto duradouro.

Mais do que uma perspectiva sociológica coerente, os franceses trouxeram padrões acadêmicos bastante claros, assim como supostos implícitos a respeito da natureza do trabalho acadêmico, que foram sendo transmitidos nos contatos do dia-a-dia com seus alunos. Seu estilo de trabalho tendia a ser monográfico, baseado em trabalho de campo extensivo, e incorporando elementos intelectuais da sociologia de Durkheim, do funcionalismo antropológico e das novas contribuições da psicanálise. Seus poucos discípulos brasileiros incorporaram estes padrões de trabalho e se prepararam, talvez pela primeira vez na história brasileira, para uma vida acadêmica.

Não caberia aqui reconstruir a história das ciências sociais da Universidade de São Paulo, mas tão-somente chamar a atenção para alguns de seus pontos mais salientes: os trabalhos mais antigos e na tradição funcionalista de Florestan Fernandes; os estudos monográficos sobre o Negro de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni; o grupo de leitura de *O Capital*, as diferentes formas de envolvimento político de cada um. Da sociologia francesa ao marxismo, o grupo de São Paulo tratou de desenvolver um saber acadêmico que fosse também socialmente relevante, e ajudou a difundir a idéia de que as ciências sociais estavam destinadas a produzir um projeto de redenção social, e que o cientista social tinha o dever de levar à frente este projeto.

A maneira pela qual cada um levou à frente a passagem do acadêmico ao político foi uma questão de biografia pessoal. De uma maneira geral, foi possível para cada um incorporar a dimensão política sem perder a identidade acadêmica, e fazer desenvolver uma imagem pública de *intelligentsia* de esquerda sem perder os vínculos naturais com as elites, já que, com poucas exceções, os intelectuais da USP estavam muito mais próximos das elites políticas e intelectuais de seu estado do que seus professores franceses, ou do que sua legião de seguidores brasileiros. Na medida em que o sistema educacional brasileiro se expandiu, e os cursos de ciências sociais proliferaram, os cientistas sociais da USP passaram a desempenhar um papel paradigmático, não só em relação à temática e metodologia de trabalho, mas sobretudo, quanto ao papel intelectual a que o cientista social estaria destinado. A diferença, naturalmente, é que não é possível repetir em tão grande escala a experiência elitizada dos primeiros tempos da Universidade de São Paulo. Para a maioria de seus seguidores (assim como para alguns do grupo original, depois do trauma das cassações e exílios dos anos de regime militar), o papel acadêmico enquanto tal já não faz muito sentido, e as universidades são percebidas como um campo de batalha político, sem distinção possível entre os papéis do professor, do escritor e do ativista político.

Outro projeto que surgiu ao mesmo tempo que o da USP, e dentro do mesmo contexto histórico, foi o da criação da Escola Livre de Sociologia e Política. Seu fundador foi Roberto Simonsen, uma mistura de empresário bem-sucedido, líder empresarial e historiador econômico. A Escola tinha por objetivo formar empresários, líderes políticos e estadistas, e não acadêmicos ou intelectuais. Enquanto a USP se abastecia na França, a Escola de Sociologia trazia uma série de especialistas norte-americanos que, pela primeira vez na história das ciências sociais brasileiras, começaram a falar em métodos quantitativos, ecologia urbana, estudos de comunidade (24)

Muitos filhos da elite paulista cursaram a Escola, e foram influenciados por ela. A Escola sediou um número bastante grande de pesquisas sobre poder local, relações raciais, grupos imigrantes. Sua revista, *Sociologia*, foi por muitos anos a mais importante publicação de ciências sociais do país. Mas, apesar destes resultados, não seria incorreto afirmar que, como projeto intelectual, a Escola de Sociologia de São Paulo foi um fracasso. Jamais houve uma segunda geração de intelectuais oriunda dessa escola, numa indicação de que a sociologia no modelo americano, como uma disciplina acadêmica bem constituída e uma profissão diferenciada, nunca chegou a ter um futuro no Brasil. Como disciplina, ela não poderia competir com o charme intelectual trazido pela tradição francesa; profissionalmente, nem o Estado brasileiro, nem seu setor privado, estavam preparados para aceitar e fazer uso da competência técnica e executiva que os sociólogos norte-americanos começavam a afirmar que possuíam.

O papel da ideologia

A cidade serrana de Itatiaia, entre Rio de Janeiro e São Paulo, foi durante algum tempo, no início da década de 50, o

ponto de encontro para intelectuais das duas cidades. O grupo de Itatiaia incluía economistas, advogados, cientistas sociais de diversas extrações e percepções sobre os problemas e necessidades do Brasil. Todos eles estavam de acordo, porém, quanto ao fato de que tinham um papel importante a desempenhar. Publicaram alguns números de uma revista, *Cadernos de Nosso Tempo* (25), e, alguns anos mais tarde, durante o governo de Juscelino Kubitschek, tiveram condições de organizar um instituto governamental, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que estava destinado a ter um grande impacto sobre os círculos intelectuais brasileiros.

Não eram pessoas predominantemente acadêmicas ou universitárias, mas intelectuais sem ligação institucional sólida. São Paulo, cidade provinciana apesar de sua importância econômica crescente, tivera condições de criar um meio universitário bastante significativo; o Rio de Janeiro, em comparação, era a capital do país, foco da atenção nacional, mas jamais (quem sabe se por isto mesmo?) pudera desenvolver uma ciência social acadêmica comparável à de São Paulo. Quase todos os membros do grupo de Itatiaia eram do Rio de Janeiro, e, para eles, seu papel social enquanto intelectuais era muito mais significativo de que suas eventuais filiações institucionais ou acadêmicas. Seus modelos, enquanto papel, não eram os professores franceses, mas intelectuais como Oliveira Viana que, na década de 30, considerava ser sua tarefa pensar e fazer propostas para o futuro do país (26).

O ponto de união do grupo parece ter sido a crença de que os intelectuais desempenhariam um papel central em qualquer transformação por que passasse o Brasil no futuro. Todos estavam, certamente, familiarizados com o marxismo, mas sua percepção do papel das idéias na sociedade era diferente. Os intelectuais marxistas nunca pretenderam ter uma ideologia própria e diferenciada, mas sim contribuir para o desenvolvimento da consciência de classe do operariado, e neste sentido se viam a si mesmos como desempenhando um papel político secundário e auxiliar. Os intelectuais do ISEB, no entanto, estavam muito mais próximos de Mannheim do que de Marx. Não falavam tanto de "classe trabalhadora", e sim de "massa", "povo" e nação, e a ideologia, a ser elaborada pelos intelectuais, era vista como ingrediente essencial para dar forma a estas entidades que, por si mesmas, permaneceriam informes. Neste novo sentido, a ideologia surge como uma construção intelectual deliberada, uma combinação de interpretação social, valores e mitos políticos, a ser formulada e difundida por intelectuais. Se tivessem sucesso, certamente estariam desempenhando um papel central na condução do país a seus novos destinos.

Que ideologia era esta? Uma das noções-chave era o nacionalismo. Na tradição socialista, o nacionalismo é geralmente identificado a valores conservadores e antiinternacionalistas. O grupo do ISEB trabalhou no sentido de retirar as conotações direitistas do nacionalismo, e de associar o Brasil ao movimento terceiro-mundista então emergente e, aparentemente, bem-sucedido. Uma ideologia nacionalista seria capaz de forjar uma aliança política que atravessasse as barreiras de classe e pudesse unificar a nação contra aqueles que se opunham a seu progresso. Progresso, ou melhor, "desenvolvimento", era quase idêntico a industrialização, que seria realizada através da ação de um Estado modernizado e intervencionista (27).

O ISEB não sobreviveu enquanto grupo à polarização política dos anos 60. Alguns de seus membros decidiram tentar a sorte da política eleitoral; outros foram se posicionando cada vez mais à esquerda, aproximando-se do modelo tradicional dos intelectuais marxistas; outros ainda retiraram-se para a atividade privada ou para trabalhar em alguma agência de governo. Quando o regime militar decidiu fechar o ISEB em 1964, apenas subsistiam alguns remanescentes do grupo de Itatiaia, e nada de suas ambições de hegemonia intelectual.

Economia e planejamento

O Brasil não desenvolveu uma tradição significativa de estudos econômicos, mas a noção de que a economia deveria e poderia ser planejada tinha grande voga, pelo menos desde os anos 30, e foram retomadas com ímpeto após a Segunda Grande Guerra. A gradual descoberta de Keynes e a influência de Mannheim ajudavam a legitimar, no ocidente, as idéias de *planejamento* que pareciam dar tanto resultado nos planos quinquenais da União Soviética, e começavam a ser difundidas pelos programas de assistência técnica das Nações Unidas.

No Brasil como em toda a parte, as discussões envolvendo o planejamento econômico sempre ficaram obscurecidas pela oposição clássica entre intervenção econômica e *laissez-faire*, ou, mais especificamente, pela questão de se o Estado deve ou não intervir diretamente para promover a industrialização. Essas questões, e algumas de suas implicações mais amplas, apareceram muito claramente no debate que opôs dois economistas de destaque em meados da década de 40, Roberto Simonsen e Eugênio Gudín. Neste caso, os atores são tão importantes quanto as coisas que tinham a dizer (Cf. Simonsen & Gudín, 1977).

Roberto Simonsen, formado em engenharia, foi um empresário paulista extremamente bem-sucedido, autor da primeira história econômica do Brasil e fundador da Federação das Indústrias de São Paulo e da Escola de Sociologia e Política daquele estado. Também participou da fundação do SENAI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, até hoje a mais importante instituição brasileira na formação de mão-de-obra industrial especializada. Em 1944

Simonsen preparou, para uma agência governamental, um documento em que defendia a necessidade de planejamento estatal para promover a industrialização do país. Suas sugestões são um reflexo óbvio de sua experiência empresarial anterior, na década de 30, quando vira sua fortuna crescer graças ao trabalho associado com um Estado interventor.

Gudin também era engenheiro, da Politécnica do Rio de Janeiro. Em 1943 publicara o primeiro livro-texto brasileiro de teoria econômica moderna, *Princípios de Economia Monetária*. Foi o representante brasileiro da Conferência de Bretton Woods, que organizou o sistema monetário do pós-guerra e criou, entre outras agências, o Fundo Monetário Internacional; foi, além disto, o criador da primeira Escola de Economia do Rio de Janeiro. Antes de desenvolver sua carreira de economista, trabalhara em companhias ferroviárias estrangeiras no Brasil, tendo permanecido, durante toda sua longa vida, um leal defensor do livre comércio e do liberalismo econômico.

Solicitado a comentar as propostas de Simonsen, Gudin fez uma crítica tripla. Em, primeiro lugar, criticava a proposta de um ponto de vista técnico, chamando a atenção para erros na maneira como determinados dados haviam sido utilizados e interpretados. Em segundo lugar, apresentava uma crítica severa contra as idéias protecionistas de Simonsen, argumentando a partir das teses clássicas do liberalismo econômico. Em terceiro lugar - e mais importante - apresentava um esboço do que deveria ser a organização do governo brasileiro para a melhor gerência da economia do país.

O que fica claro nas propostas de Gudin é que ser liberal e contrário ao planejamento não significava, para ele, ser contra a intervenção do Estado em questões econômicas. Para que a economia brasileira se desenvolvesse, afirmava ele, o país precisava de uma autoridade monetária que controlasse a inflação, a taxa de câmbio, e que estabelecesse uma política fiscal adequada. Dever-se-iam projetar mecanismos institucionais capazes de estimular a formação de capital no país e atrair investimentos estrangeiros. Dever-se-ia estimular o comércio exterior e promover aumentos de produtividade. Eram necessárias coletas sistemáticas de informações econômicas para acompanhar o comportamento da renda nacional e do balanço de pagamentos. A longo prazo, seria necessário criar um Banco Central para coordenar a política monetária do país.

Neste debate não houve perdedores. Nos anos que se seguiram, o Brasil continuou sendo um Estado intervencionista e protecionista, ainda que geralmente sob o manto da retórica liberal. Diversos planos econômicos foram concebidos, mas um sistema de planejamento abrangente jamais chegou, de fato, a se efetivar. A intervenção e o protecionismo do Estado sempre foram setoriais, *ad hoc* e sujeitos a considerações pragmáticas de curto prazo. Ao mesmo tempo, Gudin e seu grupo organizavam um centro para o ensino e a pesquisa econômica na Fundação Getúlio Vargas, e contribuindo para criar as instituições de controle monetário que julgavam indispensáveis, que culminaram na criação do Banco Central (28). A economia moderna também chegava ao Brasil por outro canal, ou seja, a Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas, e seus cursos periódicos de curta duração para especialistas em planejamento econômico, oferecidos no Rio de Janeiro e outras cidades. Os economistas formados na tradição da CEPAL acreditavam, tal como Simonsen, que os problemas econômicos do Brasil e da América Latina em geral eram de natureza estrutural, o que exigia não somente o controle dos instrumentos monetários, como a afetiva intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento econômico (cf. Furtado, 1985). O debate ideológico entre monetaristas e estruturalistas (estes mais identificados com as idéias de Simonsen sobre industrialização e planejamento) remarcaria a vida intelectual brasileira a partir dos anos 50, contribuindo para que as ciências econômicas, mais do que a sociologia ou a ciência política, passasse ao primeiro plano como a ciência social mais importante.

Os economistas de tendência liberal, ou conservadora, foram responsáveis pela modernização das agências de política monetária e fiscal brasileiras no final dos anos 60, e isto contribuiu, paradoxalmente, para criar as bases da mais importante experiência de "dirigismo" econômico da história brasileira, durante o governo Geisel. Foi uma combinação que não se ajusta ao que normalmente se pensa ser a "direita" ou a "esquerda" em matéria de política econômica, e por isto tem sido até hoje difícil de interpretar (29).

Com o fim do milagre econômico e o início da Nova República, parecia ter chegado a hora de afastar-se da preocupação exclusiva com o econômico, e dar nova prioridade aos problemas sociais - nutrição, saúde, educação, moradia. Quem estaria qualificado para esta tarefa?

As profissões sociais

Seria injusto responsabilizar as limitações inerentes às ciências sociais aplicadas, ou profissões sociais, pelo fracasso da Nova República em abordar adequadamente os problemas econômicos e sociais do país. O fracasso do Plano Cruzado é normalmente atribuído a um excesso de oportunismo político por parte do governo, mais do que a falhas técnicas do plano. A inexistência de uma política social eficiente e a longo prazo também pode ser atribuída à incapacidade do

governo federal em sanear sua burocracia ultrapassada, inchada e paralisada pelo clientelismo, mais do que a uma ausência de conhecimentos sobre como fazer as coisas corretamente.

Há razões para crer, porém, que não haveria conhecimentos adequados disponíveis mesmo se as condições políticas e institucionais para sua utilização estivessem dadas. Isto se deve ao fato de que as ciências sociais brasileiras se desenvolveram, naquilo que elas têm de melhor, como uma combinação de saber acadêmico e crítica social, e não como uma tecnologia social passível de ser implementada. Não há dúvida que existem conhecimentos aplicados dispersos no interior da comunidade das ciências sociais; além disto, estes conhecimentos poderiam ser trazidos do exterior. Mas não existe consenso, não existem procedimentos e noções compartilhadas sobre como este conhecimento deve ser, e qual sua legitimidade e propriedade.

Essa é uma característica das ciências sociais em geral, e não um traço específico do contexto brasileiro. Num aspecto, porém, as ciências sociais brasileiras são específicas, sem chegarem a ser uma exceção: é o modo como, de produto de uma *intelligentsia*, passaram a se constituir no setor mais amplo do ensino pós-secundário do país.

Exemplo disto são as ciências econômicas. A maioria dos cursos superiores de economia atualmente existentes tiveram como origem os antigos cursos médios de comércio e contabilidade, que funcionavam como alternativa profissionalizante para pessoas que não tinham condições de cursar as universidades. A criação dos cursos superiores de economia na década de 30 foi defendida por estes profissionais de nível médio como uma forma de elevação de *status* social. Assim, existe uma brecha social e intelectual muito grande entre a grande maioria dos inúmeros cursos de economia de nível universitário e os poucos programas de pós-graduação onde as ciências econômicas são praticadas como atividade acadêmica e intelectual. No tocante à administração de empresas e outras ciências sociais aplicadas, a situação é semelhante.

A situação do ensino universitário de ciências sociais torna-se ainda mais grave pela suposição, inerente ao modelo universitário do país, de que todos os cursos devem levar a uma qualificação e um diploma de tipo profissional. Na prática, só o modelo adotado na Escola de Sociologia de São Paulo (e produzido na PUC do Rio de Janeiro e na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais) visava a uma qualificação deste tipo, o que era reforçado pela possibilidade que tinham os estudantes de obter ao mesmo tempo um diploma em administração, na expectativa de que essa "profissão nova" fosse um dia tão institucionalizada e regulamentada como a Medicina ou o Direito. Nos cursos de ciências sociais, que depois das reformas de 1968 absorveram os antigos cursos de Sociologia e Política, a única perspectiva profissional, raramente exercitada, era a do magistério secundário.

Na medida em que o sistema de ensino superior brasileiro se expandia, os cursos de ciências sociais tenderam a se disseminar como uma espécie de segunda ou terceira opção para estudantes que não conseguiam entrar nos cursos mais cobiçados, ou para aqueles - geralmente mulheres - para quem a profissionalização não era uma preocupação fundamental, ou que podiam de fato aspirar a uma carreira de magistério. As novas "profissões sociais" - jornalismo, administração, biblioteconomia, comunicações - são, em grande medida, uma tentativa frustrada de corrigir esta situação. Elas abandonam de vez a pretensão intelectual das ciências sociais mais estabelecidas, mas não chegam a constituir um conteúdo cognitivo consistente nem a possuir um perfil profissional definido. Tanto ou mais que as demais ciências sociais, elas tendem a atrair pessoas que não conseguem ingressar nas profissões estabelecidas, e para as quais a luta pela conquista e manutenção de um nicho legalmente definido no mercado de trabalho, pela via legislativa, assume prioridade sobre quase qualquer outra consideração.

Os cursos de comunicação ocupam um lugar especial dentre as novas profissões, no sentido de que, de certa maneira, os profissionais da comunicação estão disputando com os cientistas sociais mais convencionais os seus papéis intelectuais. Nas eleições de 1986, por exemplo, foi eleito um grande número de jornalistas e profissionais da televisão, enquanto que os cientistas sociais que se aventuraram na competição eleitoral, quase sem exceção, foram sistematicamente preteridos. Estes resultados sugerem que, em sociedades onde prevalecem os meios de comunicação de massa, a chave para o reconhecimento público é a competência no uso da mídia, mais do que a mensagem. O que os especialistas da mídia estão fazendo hoje no Brasil é uma continuação do que pessoas ligadas à literatura, à música e ao teatro vêm fazendo há muito tempo: utilizar sua imagem pública já firmada para disseminar valores e idéias que, em si mesmas, pouco se relacionam com as qualidades nas quais esta imagem se baseia. Na medida em que esta tendência permaneça, ela terá um impacto considerável na redefinição de alguns dos papéis sociais hoje desempenhados pelos cientistas sociais (30).

Conclusões

Diferentemente das sociedades onde os conhecimentos e as profissões modernas surgiram impulsionados por grupos sociais em ascensão, em sociedades como a brasileira eles tenderam a apresentar-se perto do topo da pirâmide social.

A consequência disto é o desenvolvimento de contra-elites modernizantes que enfrentam a oposição não apenas dos detentores do poder estabelecido como de outros grupos sociais comprometidos com a ordem social tradicional e seus valores. Às vezes o mero prestígio das novas formas de conhecimento, ou aquilo que elas têm efetivamente condições de realizar, é suficiente para colocar seus portadores nas posições de poder e autoridade a que julgam ter direito. Quando isto não ocorre, os novos conhecimentos podem transformar-se em simples ideologia, e ser usados como arma política. A etapa seguinte é a institucionalização. Criam-se escolas, estabelecem-se profissões, muitas vezes com privilégios legais reconhecidos. Isto atrai mais pessoas para estas profissões, o que termina por dificultar a manutenção dos privilégios profissionais para todos.

A etapa final pode ser denominada de "entrincheiramento", e pode ter inúmeras causas: o aumento exagerado de profissionais de determinada área, a incapacidade de definir o nicho próprio no mercado de trabalho pela concorrência com outras profissões, a proletarização de profissões liberais pela perda de autonomia profissional, e assim por diante. O resultado destes fatores, isolados ou em combinação, é que os grupos profissionais se sentem ameaçados, e assumem uma atitude de combate defensivo. A mobilização política assume grande importância, e com ela a ideologia; mas agora a política funciona principalmente como forma de autodefesa coletiva, e não mais como visões alternativas de mundo ou propostas de mudança que são oferecidas ao resto da sociedade. Pode ser difícil à primeira vista, distinguir entre estas duas formas de mobilização. Mas os reformadores sociais são em geral grupos pequenos, como por exemplo, os educadores dos anos 30, ou os intelectuais do ISEB; e sua pregação doutrinária é sempre feita para fora, na busca de convencer a sociedade como um todo do valor de suas idéias e contribuições. O entrincheiramento ideológico, por outro lado, engloba coletividades muito maiores, e a mobilização é feita em grande parte para dentro, em um esforço de fechar fileiras e proteger o grupo contra um ambiente externo hostil e ameaçador. Enquanto que as associações profissionais clássicas tendem a ser geridas pelos que possuem liderança profissional e intelectual em suas respectivas áreas de conhecimento, as comunidades entrincheiradas tendem a ser lideradas por pessoas com muito mais investimento em atividades gremiais e corporativas do que propriamente profissionais, o que tem como resultado a alienação progressiva, e muitas vezes o rompimento, das lideranças mais profissionalizadas.

Este tipo de divisão pode ser visto hoje, claramente, na oposição que freqüentemente ocorre nas universidades brasileiras entre os programas de graduação e de pós-graduação, ou entre o "baixo clero" universitário, congregado nas associações docentes de tipo predominantemente sindical, e o "alto clero", identificado principalmente com as respectivas associações científicas e profissionais.

Esta sociologia dos novos conhecimentos, aqui esboçada para a experiência brasileira, não é indiferente à problemática epistemológica mencionada a princípio, ou seja, à questão da maior ou menor validade dos conhecimentos transmitidos e desenvolvidos pelos diversos grupos sociais nas condições analisadas até aqui. O que vimos com clareza é que o conhecimento nunca existe isolado, por si mesmo, e desligado de atores envolvidos em determinados projetos de cunho político, social ou ideológico. Seria um grave equívoco concluir a partir deste fato, como querem algumas correntes da sociologia do conhecimento, que a questão epistemológica é irrelevante, e que toda a problemática do conhecimento não passaria de uma questão disfarçada da luta pelo poder. Não foi indiferente, para o Brasil, o fato de os médicos do início do século saberem efetivamente como controlar as doenças contagiosas, assim como não foi indiferente o fato de que nunca existiu, na realidade, conhecimentos adequados de como planejar e gerir uma cidade. A experiência recente mostra que não basta saber economia para controlar um processo inflacionário, mas mostra também que não é possível implementar uma política econômica com resultados sem um entendimento correto dos fenômenos monetários.

Que fatores favorecem o desenvolvimento efetivo dos conteúdos cognitivos? Podemos supor que, à medida que os novos conhecimentos se institucionalizam enquanto profissões, seu conteúdo técnico aumenta; a prevalecer sua institucionalização acadêmica, destaca-se seu conteúdo de erudição e complexidade intelectual; quando a posse do saber moderno funciona principalmente como ideologia, o complexo cede lugar para o simples, o conhecimento especializado e tentativo cede lugar para as generalizações abrangentes, o trabalho propriamente técnico ou intelectual tende a se desvalorizar, e com isto o conteúdo cognitivo sofre.

Além da questão quase que quantitativa do montante, ou desenvolvimento, dos conteúdos cognitivos, existem as questões ainda mais complexas a respeito das diferenças de conteúdo e de orientação, que são também, presumivelmente, condicionadas pelas condições sociais em que a atividade intelectual e profissional se dá. Ainda que isto seja, de fato, assim, é possível sustentar a tese de que esta problemática, a dos conteúdos em oposição, é relativamente secundária no caso do Brasil, onde a questão principal ainda consiste em entender em que medida os conhecimentos novos, que recebemos continuamente de toda parte, e que são cada vez mais indispensáveis se quisermos participar de maneira menos marginal do mundo em que vivemos, conseguem ou não fincar raízes, e em que condições.

Tradução de Heloisa Jahn, revista pelo autor.

NOTAS

1 - *Economia e Sociedade*, de Max Weber, pode ser entendida como uma tentativa ambiciosa de considerar o desenvolvimento das civilizações dentro desta perspectiva.

2 - Para as relações históricas entre novos conhecimentos e setores sociais em ascensão, ver Ben-David, 1971.

3 - Em contraste, o evolucionismo de origem inglesa era darwiniano, com um forte elemento de individualismo e competição (sou grato a Lúcia Lippi por chamar minha atenção para o contraste entre Comte e Spencer a este respeito).

4 - O modernismo tem sido amplamente discutido no Brasil, mas quase que exclusivamente como fenômeno artístico e literário, uma literatura que não será tratada, aqui.

5 - Ver Costa, 1984, especialmente capítulo 2.

6 - Para uma história das instituições educacionais e científicas brasileiras, ver Schwartzman (1979 e 1982).

7 - Ver por exemplo, Safford (1976).

8 - Carta de Lei de 4 de dezembro de 1810, citada por Franken (1979, p. 352).

9 - Ver Costa (1978). Enquanto interpretação fechada, abrangente e formal do sistema social, esta doutrina apresenta grande similaridade com as visões funcionalistas mais extremas da sociologia parsoniana, uma aproximação que pode ser mais do que simples coincidência, e que mereceria uma pesquisa mais profunda, que examinasse inclusive os materiais de ensino dos cursos que oficiais superiores brasileiros seguiram nos Estados Unidos no período de pós-guerra. Claramente não parsoniana no entanto foi a colocação da organização militar como guardião insubstituível dos “objetivos nacionais permanentes”, que seriam apreensíveis pelo exercício da racionalidade técnica, e por isto fora do alcance dos leigos.

10 - A modernização forçada do Rio de Janeiro inspirou-se diretamente na renovação de Paris por Haussman, e, sob muitos aspectos, teve implicações semelhantes. Para uma discussão ampla sobre modernização urbana e seu significado, ver Berman, 1982. Para Rio, Needell, 1983 e 1984; para Brasília, Holston, 1986.

11 - A Universidade do Rio de Janeiro, sob o nome de Universidade do Brasil, deveria ser o modelo que seguiriam todas as instituições de ensino superior do país. Quase toda a energia, porém, era destinada ao planejamento físico de suas edificações, a serem construídas próximo à Quinta da Boa Vista. As maquetes do projeto Piacentini chegaram a ser expostas no Rio de Janeiro, mas a guerra impediu que a obra fosse executada. Ver Schwartzman, Bomeny & Costa. (1984, p. 93-105).

12 - Carta a Gustavo Capanema, outubro de 1945. CPDOC/FGV, Arquivo Gustavo Capanema, GC/Costa, L., doc. 1, série b. Transcrito em Schwartzman, Bomeny E Costa (1984, p. 355-359).

13 - A atuação deste tipo de empresário, e seu confronto com as vertentes mais nacionalistas e estatizantes da tecnocracia brasileira, podem ser captados de forma embrionária nos dilemas que acompanharam a criação do Instituto Nacional de Tecnologia no Rio de Janeiro. Veja a respeito Schwartzman & Castro (1984).

14 - Veja a respeito Costa, (1971).

15 - O que se segue, assim como o próprio título desta seção, se baseia em Machado, Loureiro, Luz e Muricy, 1978.

16 - Nina Rodrigues foi um escritor prolífico, deixando vasta obra e muitos discípulos, dos quais o mais conhecido, provavelmente, é Artur Ramos (Ramos, 1943-1947). A essência das preocupações de Nina Rodrigues transparece no título de um livro em francês que nunca chegou a concluir, “La Degenérescence Psychique et Mentale chez les Peuples Métais des Pays Chauds”. Fora do Brasil, ficou muito conhecido seu livro “The Africans in Brazil”, publicado em 1945 a partir da edição brasileira de 1932 (Rodrigues, 1932).

17 - Nancy Stepan observa que no Brasil a eugenia tendia a ter um forte componente lamarckiano, abrindo espaço para teorias “otimistas” de aprimoramento racial.

18 - Sobre a evolução do ensino jurídico no Brasil, ver Venâncio Filho (1977); para uma crítica contundente ao ensino jurídico atual, ver Faria

(1987).

19 - Sou grato a José Eduardo Faria por esta observação.

20 - Nos anos do fascismo, Campos fez uma tentativa ambiciosa de dar uma fundamentação mais atualizada à sua maneira de entender a ordem política e a prática constitucional na qual militava. Suas fontes, no entanto, eram os teóricos do fascismo europeu, uma literatura que se tornou inutilizável no período do pós-guerra. Restou, como antes, a prática. Veja Campos (1940), e Schwartzman, Bomeny e Costa (1984, p. 61-65).

21 - Esta seqüência, diga-se de passagem, ocorre ao mesmo tempo em muitos outros países, sugerindo uma causalidade comum.

22 - Ele se opôs por exemplo, ao Estatuto da Família proposto pela Igreja, e chegou a propor que o governo encarregasse os proprietários rurais que assumissem diretamente a responsabilidade pela previdência social no campo. Cf. Schwartzman, Bomeny e Costa, 1984, p. 111-122.

23 - Gilberto Freyre, no entanto, havia estudado ciências sociais na Universidade de Colúmbia, e esta formação distinta talvez explique em parte seu isolamento no ambiente intelectual brasileiro.

24 - Dois nomes se destacam entre os norte-americanos que vieram para a Escola de Sociologia, deixando uma influência significativa: Emílio Willems (por exemplo, Willems, 1947) e Donald Pierson, que deixou entre outras coisas um levantamento ainda válido da literatura sociológica brasileira até então (Pierson, 1945). Pierson foi também autor de um dos mais difundidos livros-textos sobre metodologia de pesquisa no Brasil (Oliveira, 1986; Pierson, 1977).

25 - Uma seleção de artigos dos *Cadernos de Nosso Tempo* encontra-se republicada em Schwartzman (ed.) (1981). Sobre o ISEB, ver Toledo (1978).

26 - Não é por acaso que Alberto Guerreiro Ramos, uma das figuras mais conhecidas do grupo, tenha sido o principal responsável pela “redescoberta” dos intelectuais do pré-guerra na década de 50. (Cf. Ramos, 1957).

27 - A influência de Mannheim, através de sua obra póstuma sobre planificação democrática, também foi importante neste contexto. (Cf. Mannheim 1972).

28 - Veja a este respeito Nunes (1985).

29 - Ver, para uma análise lúcida destas questões, o trabalho de Castro (1985).

30 - Sobre literatos como intelectuais, ver Miceli (1979) e Sevcenco (1983). Para uma discussão recente das ciências sociais brasileiras como discurso político, ver Packenham (1986).

Referências bibliográficas

ABREU, Tomaz Antunes. *A Medicina Contribui para o Melhoramento da Moral e Manutenção dos Bons Costumes*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1839.

BEN-DAVID, J. *The Scientist's Role in Society*. Englewood, New Jersey, Prentice Hall, 1971.

BERMAN, Marshall. *All That is Solid Melts Into Air - The Experience of Modernity*. New York, Simon and Schuster, 1982.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional - sua Estrutura, seu Conteúdo Ideológico*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1940.

CARVALHO José M A *Escola de Minas de Ouro Preto - O Peso da Glória*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, e Rio de Janeiro, FINEP, 1978.

_____. *Os Bestializados*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Antônio de Barros *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

COSTA (Aderaldo), Vanda M. *A Escola Superior de Guerra: Um Estudo de Currículos e Programas*. Rio de Janeiro, IUPERJ, tese de mestrado, 1978.

COSTA, Emília Viotti. *The Brazilian Empire - Myths and Realities*. Chicago, Univ. of Chicago Press, 1984.

- COSTA, M. Amoroso *As idéias Fundamentais da Matemática*, São Paulo Cia. Editora Nacional e Ed. Grijalbo, 1971.
- DALAND, R. (ed.) *Perspectives in Brazilian Public Administration*. Los Angeles, University of Southern Califórnia, e Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- FALCÃO, Joaquim *Advogados, Ensino Jurídico e Mercado de Trabalho*. Recife, Ed. Massangana, 1984.
- FARIA, José Eduardo. *A Reforma do Ensino Jurídico*. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 1987.
- FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1985.
- FRANKEN, T. G. “Cronologia da Ciência Brasileira”. In: SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Rio de Janeiro e São Paulo, Cia. Editora Nacional / FINEP, 1979.
- GRAHAM, Lawrance. *Civil Service in Brazil - Principles vs. Practice*. Institute of Latin American Studies, Cornell University, Latin American Monographs n. 113, 1975.
- HOLSTON, James. *The Modernist City: Architecture, Politics and Society in Brasilia*. Universidade de Yale, tese de doutoramento, 1986.
- MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da Norma - Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.
- MANNHEIM, Karl. *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*. Rio de Janeiro, Mestre Jou, 1972 (primeira edição inglesa, 1951).
- MARIANI, M. Clara. «Educação Ciências Sociais: O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e Pesquisas Educacionais». In: SCHWARTZMAN, S. (ed.) *Universidade e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq, 1982.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1929-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.
- NEEDELL, Jeffrey. «Rio de Janeiro at the Turn of the Century - Modernization and the Parisian Ideal». *Journal of Interamerican Studies*, 25, 1, fevereiro, 1983.
- _____. “Making the Carioca Belle Epoque Concrete”. *Journal of Urban History*, 10, 4, agosto, 1984.
- NUNES Edson de O. *Clientelism and Bureaucratic Insulation: Uneven State Building and the Taming of Modernity in Contemporary Brazil*. Berkeley, Universidade da Califórnia, Departamento de Ciência Política, tese de doutoramento, 1984.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Donald Pierson e a Sociologia no Brasil*, trabalho apresentado ao X Encontro Nacional da ANPOCS, Campos de Jordão, outubro, 1986.
- PACKENHAM, Robert A. “The Changing Political Discourse in Brazil, 1964-1985”. In: SELCHER, Waine (ed.). *Political Liberalization in Brazil*. Boulder, Westview, 1986, p. 135-173.
- PIERSON, Donald. *Survey of the Literature on Brazil of Sociological Significance Published up to 1940*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1945.
- _____. *Teoria e Pesquisa em Sociologia*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1977.
- RAMOS, Alberto G. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Andes, 1957.
- RAMOS, Artur. *Introdução à Antropologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 2 vols. 1943-1947.
- RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1932.
- SAFFORD, Frank. *The Ideal of the Practical - Colombia's Struggle to Form a Technical Elite*. Austin, University of Texas Press, 1976.
- SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, e Rio de Janeiro, FINEP, 1979.
- _____. *O Pensamento Nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.

_____. (ed.). *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*. Brasília, CNPq, 1982.

_____. "The Quest for University Research: Policies and Research Organization in Latin America". In: WITTROCK, Björn and ELZINGA, Aant. *The University Research System - The Public Policies of the Home of Scientists*. Stockholm, Amqvist & Wiksell International, 1985, p. 101-116.

_____. *Opportunity and Crisis in Higher Education* (a sair).

SCHWARTZMAN, Bomeny, H. M. B., & COSTA, V. M: *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, e São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

SCHWARTZMAN, Simon & CASTRO, Maria Helena M. «Nacionalismo, Iniciativa Privada e o Papel da Pesquisa Tecnológica no Desenvolvimento Industrial: Os Primórdios de um Debate», *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ 27, 1, 1984, p. 89-111.

SEVCENCO, Nicolau. *A Literatura Como Missão*. São Paulo Ed. Brasiliense 1983.

SIMONSEN, Roberto C. & GUDIN, E. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira* (editado e com uma introdução de Carlos von Dellinger). Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1977.

STEPAN, Nancy. *Eugenics, Genetics and Public Health: A Brazilian Connection, 1900-1930*, trabalho apresentado à sessão sobre "New Directions In the History of Science in Latin America", American Historical Association / History of Science Society Meetings, dezembro, 1984.

TOLEDO, Caio N. *ISEB, Fábrica de Ideologia*. São Paulo, Ática, 1978.

TRUBECK, David M. *Law, Planning and the Development of the Brazilian Capital - A Study of Law in Economic Change*. New York, New York University, 1971.

VENÂNCIO, Filho, A. *Das Arcadas ao Bacharelismo*. São Paulo, Editora Perspectiva e Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

VIANA, Oliveira. *O idealismo na Constituição*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Col. Brasileira, vol. 141 (2.a edição), 1939.

_____. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro, Ed. José Olímpio, 2 vols., 1949.

WILLEMS, E. *Cunha, Tradição e Transição em uma Cultura Rural no Brasil*. São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1947.